

**APCEF/SP – ASSOCIAÇÃO DE PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL/SÃO PAULO
CONSELHO DELIBERATIVO
Ata da Reunião realizada em 28.10.2016**

Pauta:

- 1. Informes Administrativos (incluindo Cecom e outros temas).**
- 2. Informes Funcef**
- 3. Informes Gerais e Cotidiano Caixa**
- 4. Avaliação Campanha Nacional dos Bancários**

Constatado o quórum regimental, com a presença de 14 Conselheiros (as) aptos a votar, o Sr. **Ivan Furtado**, Presidente do Conselho Deliberativo saudou os participantes e solicitou que o Secretário Jair Marciéri Pimpinato procedesse à leitura da Pauta da presente reunião. Na sequência foi colocada em votação a Ata da Reunião anterior realizada em 12.08.2016, sendo aprovada por 13 votos, havendo 01 abstenções. Dando prosseguimento à Reunião, contando agora com a presença de 16 Conselheiros (as), passou-se a discutir os itens da pauta:

1. Informes Administrativos

A sra. **Vanice Rodrigues Carvalho**, Gerente Geral da Apcef/SP nos informou sobre a agenda dos próximos eventos a serem realizados pela Associação:

- Excursão para a Colônia de Avaré no período 28 à 30/10/2016;
- Inscrições para o 6º torneio de futebol society até o dia 29.10.2016;
- Festa do chope a ser realizada no dia 05.11.2016 no Cecom;
- Excursão para as cidades históricas de Minas Gerais no período de 06 a 11/11/2016;
- Festa tropical a ser realizada em 19.11.2016 na Colônia de Ubatuba;
- Excursão para a Colônia de Avaré no período de 25 à 27/11/2016;
- Festa do Havaí a ser realizada no dia 26.11.2016 na Colônia de Suarão.

Em seguida, discorreu sobre a parceria Fenae/Apcef's denominada Rede do Conhecimento que consiste em um projeto que disponibiliza cursos, à distância e presenciais, de educação e formação profissional para empregados da Caixa, estando alguns módulos disponíveis para todos, sendo a maioria exclusiva para os associados. Inscrições e maiores informações no site. **www.fenae.org.br/rededoconhecimento**.

Dando continuidade à Reunião, agora com a presença de 22 Conselheiros (as), foi convidado o Sr. **Leonardo dos Santos Quadros**, Diretor da Associação para discorrer sobre o processo de desapropriação de parte do terreno do Cecom: Através do decreto nº 57.287, de 05 de setembro de 2016, o Sr. **Fernando Haddad**, Prefeito do Município de São Paulo declarou de utilidade pública, para desapropriação, com a finalidade de implantar um centro educacional unificado (CEU), parte do imóvel (20.616,60 m²) de nosso clube. A desapropriação está amparada pela Constituição Federal de 88, em seu artigo 5º, inciso XXIV – “a lei estabelecerá para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro. ” É pacífico

que União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios podem desapropriar por necessidade pública (utilidade). Da declaração de utilidade pública devem constar: a) manifestação pública de vontade de submeter o bem à desapropriação; b) fundamento legal em que se embasa o poder expropriante; c) destinação específica a ser dada ao bem; d) identificação do bem a ser desapropriado. Como a simples declaração de utilidade pública não transfere a propriedade do futuro expropriado ao Estado, o proprietário do bem pode usar, gozar e dispor dele. O prazo de caducidade da declaração de utilidade pública para desapropriação fundamentada em necessidade ou utilidade pública é de cinco anos. Não se discute a medida, pode se discutir o valor. A Prefeitura deve fazer a avaliação do terreno, providência que a Associação já está tomando, buscando junto à Caixa e também a peritos particulares. Manifestação do (as) S.r. (as) Conselheiros (as):

Marcos Paulo Cavalcanti de Sousa – sugeriu defender a não desapropriação assim como estamos defendendo a Caixa 100% pública. O Diretor **Leonardo** respondeu que a Associação procurou diversas autoridades visando o cancelamento do Decreto não logrando êxito.

Sérgio Soares da Costa – sem duvidar da capacidade da Diretoria em defender o espaço, sugeriu encaminhar ao prefeito eleito justificativa para a não desapropriação, enfatizando o trabalho social prestado pela Associação à comunidade carente, atendendo a aproximadamente 800 famílias.

Valtair Aparecido Rosaboni – sugeriu criar um comitê de defesa da Associação, publicando com clareza um histórico da situação.

Marcelo Lopes de Lima – apesar de o espaço questionado ser vizinho a outra propriedade da Prefeitura, devemos apresentar como alternativa à desapropriação outros imóveis localizados no mesmo bairro e com as mesmas características.

Ivan Furtado – devemos utilizar de todos os recursos para defendermos o nosso patrimônio.

Marcos Paulo Cavalcanti de Sousa – o Conselho Deliberativo deve auxiliar a Diretoria na defesa de nosso patrimônio através de ações junto à políticos bem como informar tempestivamente aos associados. O risco maior é a área ser ampliada. Sugeriu que se faça um abaixo assinado, contando com as 800 famílias atendidas.

Vanice Rodrigues Carvalho – informou que foi apresentado à Prefeitura abaixo assinado com 10.000 signatários solicitando a criação de um CEU na região, para benefício da comunidade.

Marcos de Castro – assessor – alguém é contrário à criação do CEU na periferia? Acredita que a nova gestão (Prefeitura) não vai se preocupar muito com questões sociais. Sobre a criação do comitê, sugeriu que seja feita uma reunião no próximo sábado, 05/11, a ser realizada no Cecom.

Écio José Zilli – temos responsabilidade em defender o clube. No passado, quando se aventava a possibilidade de ser cedido parte do terreno para instalação de Agência da Caixa, defendeu-se a iniciativa sob a forma de concessão. Hoje, em sendo concretizada a desapropriação, que seja justa a indenização.

Rafaela Garcia Ramos – sugeriu que a reunião para a formação do comitê seja feita na sede 24 de Maio.

Marcus Vinicius Ramalho – em se concretizando a desapropriação, sugeriu a criação de mais espaços em outras regiões e que sejam mais democráticas essas discussões.

Edjalma Bugiato – concorda com o **Marcos de Castro**: o Doria não fará nem Ceu nem piscinão. Vê contradição, conflito ideológico em nossa atitude: nós somos de esquerda, sempre defendendo o público; hoje, defendemos o privado contra o público.

Leonardo Quadros – informou que a reunião sobre a desapropriação ocorrida no Cecom em 24/09/2016 teve baixa participação, não obstante ter sido amplamente divulgada e ser realizada em dia de jogos dos aposentados. Há vídeo da reunião no facebook e no youtube.

O S.r. Presidente **Ivan Furtado** encaminhou proposta de votação para se estabelecer o local da reunião de formação do comitê. Feita a votação, foi aprovada reunião a ser realizada no próximo sábado, 05/11 à tarde, no Cecom.

2. Informes FUNCEF

O Diretor da APCEF/SP **Leonardo Quadros** informou que o resultado consolidado do balanço 2015 só foi publicado no final de agosto e tudo indica que haverá nova cobrança, além dos 2,78% para o plano REG/Replan Saldado a partir de 2017. É praticamente certa também a cobrança adicional, em razão do déficit, para os ativos e assistidos do REG/Replan Não Saldado. A Associação publica regulamente notas técnicas e boletins do Dieese sobre temas relacionados ao fundo de pensão, sendo fundamental que os participantes entendam o que acontece na Fundação.

3. Informes Gerais e Cotidiano Caixa

Sérgio Soares da Costa – Em julgamento da greve dos professores do Tocantins, o STF decide que servidor público em greve pode ter ponto cortado, devendo a regra ser aplicada pelos juízes de todo o país. O Supremo Tribunal Federal mandou cortar o ponto do servidor público desde o primeiro dia de greve. O Sindicato local entrou com ação para barrar o desconto com o argumento de que todos os requisitos estabelecidos pela lei de greve foram cumpridos. Não houve desconto, houve acordo.

Rafaela Garcia Ramos – Sobre a obrigatoriedade do descanso de 15 minutos para as mulheres após a jornada de trabalho no dia em que realiza hora extra.

Com referência às horas a serem compensadas por ocasião da última greve, o acordo assinado não contempla se os 15 minutos serão abolidos ou incluídos dentro da jornada de trabalho.

Ivan Furtado – As forças retrógradas que julgávamos enterradas estão sendo ressuscitadas. As reformas trabalhista, previdenciária e outras que deverão ser implantadas contam com a boa vontade do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Marcos Paulo Cavalcanti de Sousa – De acordo com Artigo 384 da CLT, em caso da prorrogação do horário normal, será obrigatório um descanso de 15 minutos no mínimo, antes do início do período do serviço extraordinário do trabalho. Em caso do trabalhador com jornada de 6 horas, não acha necessário o intervalo, sendo adotado pelas empresas visando evitar possíveis ações judiciais.

A CIPA, comprometida com a identificação dos riscos nos mais diversos ambientes de trabalho, tem sua atuação respeitada pelos auditores fiscais, notadamente na elaboração do TAC (termo de ajustamento de conduta).

Marcelo

Lopes de Lima – Lançamento em Campinas da campanha “Se é público, é para todos” no dia 27.10.2016 em defesa dos serviços e empresas públicas, com a presença do sociólogo **Emir Sader**, da Coordenadora do Comitê Nacional das Empresas Públicas, Maria Rita Serrano, do Presidente da FENAE **Jair Ferreira**, do Diretor da APCEFSP **Carlos Augusto Silva**, dentre outros.

MOÇÕES

Apresentada pelo Conselheiro **Jair Marciéri Pimpinato**, aprovada por unanimidade:

Moção de Apoio

Nós, membros do Conselho Deliberativo da Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal – São Paulo, em reunião realizada em 28.10.2016, apoiamos a matéria produzida pelo “Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)” publicada na 17ª edição da revista “Mídia com Democracia”: em defesa da “Empresa Brasileira de Comunicação (EBC)”, atualmente passando por um processo de desmonte.

. contra os projetos de lei que atacam a Internet e os riscos que o golpe representa à liberdade de expressão no país, notadamente o PL 2390/2016 que prevê um cadastro nacional de acesso à internet, sendo autorizada a navegação somente após o registro do usuário.

. contra o PL 3453/2015 que acaba com as concessões de telefonia fixa, transfere o patrimônio da União para a iniciativa privada em troca de investimentos em banda larga e transforma em renovações perpétuas as atuais licenças de frequência de telecomunicações. Na prática, o Governo privilegia as empresas que, sem qualquer exigência regulatória, compromete a universalização desses serviços, além de transformar o Estado em refém dessas empresas.

4. Avaliação Campanha Nacional dos Bancários

Marcos de Castro - Retrospectiva da campanha:

Assembleia aprovou a greve em 01.09.2016

Assembleia organizativa em 05.09.2016

Greve iniciada em 06.09.2016 que teve adesão significativa na Caixa de aproximadamente 46%.

Trancadasso nas áreas meio, sem resistência.

A Giret, ora passando por processo de reestruturação, solicitou auxílio para a adesão.

A proposta, em termos econômicos não foi satisfatória.

A greve chegou ao limite.

Não houve compensação dos dias parados, exceto em algumas bases onde a greve continuou por mais um dia.

Firmado acordo coletivo por dois anos.

A serem criados grupos de trabalho para discutir questões específicas como caixa minuto e incorporação de função.

Marcos Paulo Cavalcanti de Sousa - conforme acordo atual coletivo, o treinamento ministrado aos membros designados da CIPA será realizado com metodologia “ensino a distância” via intranet, com carga horária total de 20 horas, não havendo mais ensino presencial o que prejudica a troca de ideias entre os cipeiros.

Carlos Antônio Paganini Tavares – avalia que pelo tamanho da greve foi razoável o acordo firmado, apesar do índice rebaixado, em parte compensado pelo abono dos dias parados. Registrou que a assembleia realizada em Bauru rejeitou a proposta final; o Sindicato local orientou a volta ao trabalho.

Marcelo Lopes de Lima – sugeriu que seja feita comparação entre o movimento de set 2015 e set 2016 referente ao impacto nas atividades crédito – tarifas – operações de tesouraria. A paralisação cresceu nas áreas meio, notadamente nas Giret's. O acordo com a duração de 2 anos não é tão ruim, principalmente se houverem reformas trabalhistas. Devemos trabalhar mais os delegados sindicais.

Rafaela Garcia Ramos – não vê vitória, apesar do abono parcial dos dias parados, se levarmos em conta a forte adesão ao movimento paredista. Paradoxal o Sindicato defender proposta dizendo não haver mais campo a avançar. Conseguimos retroceder na questão dos 15 minutos de intervalo para a mulher no caso de se fazer hora extra, visto não estar contemplado se será ou não obrigatório e remunerado. No último Conecef foi aprovado encontro sobre isonomia, que acabou não acontecendo. Sobre a RH 184 ser motivo de criação de grupo de trabalho, acarretará expressiva demora causando ambiente de terror entre os empregados. Sobre o posicionamento do Sindicato de Bauru, não teve conhecimento do caso, se for confirmado, foi estranho, um equívoco.

Francisco Firmino dos Santos – Nossa organização institucional, em tese, é muito avançada (Apcef – Delegado Sindical – Sindicato – Conecef) embora não reflita na base, no dia a dia das Unidades. As reuniões de Delegados Sindicais

são esvaziadas. Muito empregado aderiu à greve não por convicção e sim para descansar. A greve de pijama é melhor do que furar a greve. Apesar das Agências contarem com empregados para o funcionamento, preferiram ficar fechadas a fim de cumprir metas e não serem incomodadas pelos clientes, em detrimento do social. A greve atrapalhou a vida de quem mais precisava, dos trabalhadores que necessitavam dos serviços da Caixa, criando um desgaste grande junto a população, que mais uma vez não conseguimos ter como aliada. A forma como foi encaminhada a aceitação da proposta desagradou muita gente. O acordo para 2 anos num quadro politicamente instável é temerário, julgando ser difícil a alteração da RH 184.

Ivan Furtado – Deveríamos buscar pontos de união para o fortalecimento da luta. A formação sindical é imprescindível. No dia a dia, como mobilizar os trabalhadores, leva-los a encontros e reuniões, apesar da pressão existente? Cada vez mais os banqueiros acham que somos desnecessários.

Maria Sueli R C Magalhães – Sobre o ocorrido em Bauru, a categoria rejeitou a proposta, mas aguardou a deliberação das grandes assembleias e decidiria pela volta ao trabalho se a maioria assim o fizesse.

Marcos Paulo Cavalcanti de Sousa – sugeriu que as reuniões do Conselho fossem itinerantes, realizadas nos diversos espaços da Associação.

Carlos Alberto Villela – reiterou sua crença nas instituições, Sindicato, Associação, Comando Nacional e reafirmou sua esperança em dias melhores.

Marcos de Castro – nossa batalha é pouco ingrata; de um lado, oferecemos luta, de outro, o banqueiro oferece dinheiro. A PEC 241 praticamente foi aprovada e na sequência teremos a reforma previdenciária, a reforma trabalhista e outras mais que deverão retirar outros direitos dos trabalhadores. Na Caixa, o risco sobre a privatização de Loterias, Seguros, Cartões é um fato concreto que visa enfraquecer nossa empresa pública.

Laercio Rosa da Silva – A Caixa não esperava essa grande adesão à greve motivada pelo descontentamento geral. É real a possibilidade de privatização. A proposta de acordo por 2 anos deveria ser mais discutida nas Conferências. A proposta não é ruim, o que a torna questionável é como ela se insere no contexto. Como ficará a mobilização nesse novo contexto, como ampliar essa mobilização.

Marcus Vinicius Ramalho – tivemos por 13 anos um pouquinho de aumento real e devido à grande adesão à greve podemos considerar uma derrota o índice aceito. O acordo bianual, o fim da greve quando ela estava fortalecida criou uma descrença generalizada. Não há disposição sindical em se unir os trabalhadores para uma campanha conjunta, o que no atual contexto de reformas previdenciária, trabalhista se torna imprescindível. Ainda assim, devemos lutar para que se viabilize essa união, vamos nos organizar.

Registramos o não comparecimento à Reunião, devidamente justificada, dos Conselheiros(as):

América Andrea Munoz Riveros
André Luís Prates Menezes
Pedro Sérgio dos Santos Barbosa
Sérgio Rodrigues
Vivian Carla de Sá
Wladimir Mauro da Cruz

Não havendo mais assuntos a tratar, O S.r. Presidente, **Ivan Furtado**, agradeceu aos presentes dando-se por encerrada a reunião e concluída a redação da presente ata, que segue assinada por:

Jair Marciéri Pimpinato -Secretário

Sérgio Hideo Kaneko – Vice-Presidente

Ivan Furtado - Presidente

